



Não é a apologia da ilegalidade, nem sequer uma crítica fácil à fiscalização. Resta saber se é preferível arrecadar mais uns euritos de impostos a empresas familiares se isso as condenar ao encerramento

# A pesca de arrastão

João Maricoto Monteiro

Nos últimos anos, temos assistido a um significativo aumento de medidas e atuações no âmbito do denominado “combate à economia paralela” ou informal.

Têm sido sucessivas e cada vez mais abrangentes as investigações criminais na área do branqueamento de capitais (onde a regra parece ser “atirar sobre tudo o que mexa”), a par de diversas iniciativas legislativas para “formalizar” toda a economia, de que as recentemente anunciadas alterações sobre emissões de faturas são bom exemplo. Trata-se de uma

verdadeira pesca de arrastão sobre a economia informal.

E, por um lado, percebe-se: segundo o Observatório de Economia e de Gestão da Fraude, a economia informal tem vindo a aumentar desde 1970, de forma constante. Mesmo nos anos mais recentes, terá aumentado de €32,2, mil milhões, em 2010, para €40 mil milhões, em 2011. Isto é, nestes últimos dois anos, a economia informal representou praticamente o valor da assistência financeira a que Portugal recorreu e, se tivesse sido integralmente tributada, os impostos (diretos e indiretos) que o Estado receberia poderiam ascender a perto de 50% dos €78 mil milhões que nos estão a em-

prestar para evitar o colapso do país.

Mas será a questão (desde logo, de política económica) assim tão simples?

É que, se é certo que a pesca de arrastão é muito eficaz na captura de todo o tipo de peixe, não é menos verdade que destrói os ecossistemas: depois de passarem as redes, a imagem é de uma desoladora devastação; não sobra nada.

E não será de admitir que a nossa tão depauperada economia não esteja, neste momento, em condições de sobreviver a estas iniciativas?

Não se trata, evidentemente, de fazer a apologia da ilegalidade, nem sequer uma crítica fácil a estas iniciativas de fiscali-

**A pesca de arrastão é muito eficaz na captura de todo o tipo de peixe. Mas não é menos verdade que destrói os ecossistemas**

zação e de repressão de situações irregulares — até porque, trabalhando o autor deste texto nas áreas do Direito Fiscal e do Direito Penal Económico, estas iniciativas significam aumento de trabalho pelo que, numa perspetiva meramente egoísta, são até bem-vindas... Trata-se antes de saber se é preferível arrecadar mais uns euritos de impostos a empresas familiares se isso as condenar ao encerramento; se des-

confiar de todas as (e já são poucas) operações financeiras com algum significado que se fazem no país — com investigações de grande impacto mediático — é o método certo, se isso tiver como resultado provável que pura e simplesmente deixemos de ter uma única de tais operações, porque os investidores não gostam deste clima e preferem investir noutras paragens.

Importa, pois, questionar a forma e deixar a pergunta: atacando desta maneira a economia informal, será que a nossa economia real sobrevive? Ou estamos, também aqui, a matar o doente com a cura?

Advogado — Sócio da Pares Advogados